

Ata da 3ª reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação do 1º período legislativo, da 1ª sessão legislativa, da 18ª legislatura da Câmara Municipal de Caçu.

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, na cidade de Caçu, Estado de Goiás, na Sala das Comissões, situada no Anexo Vereador Gerônimo Nunes dos Santos, realizou-se a terceira reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Caçu. Às 16h32min, a Presidente da Comissão, Vereadora Virginia Bernardes de Freitas Silva, declarou aberta a reunião na presença dos Vereadores: Cassiano Lemos de Souza, Donisete Paiva Rezende Júnior (Júnior Rezende), Alessandro Bessa e Alexandre Eterno Freitas Santos. Aberta a reunião, foi lida e aprovada por todos a ata da reunião anterior. Na Ordem do Dia foi para discussão o Relatório Contrário do Vereador Alexandre ao Projeto de Lei Complementar nº 004/2025, que altera a Lei 956/93, cria a Superintendência da Agricultura e Pecuária, a Superintendência de Assistência Social, a Superintendência Municipal de Comunicação Social e dá outras providências, de autoria do Poder Executivo. Com a palavra o Relator justificou o voto contrário à aprovação da matéria com base no impacto financeiro previsto da matéria que, de acordo com ele, agravará a situação financeira já precária do município, bem como considerou injusta a pretensão de majorar a remuneração do cargo de condutor especial superando os vencimentos do cargo efetivo de motorista. O Vereador Júnior acompanhou o Relator no voto contrário à aprovação destacando a contradição no discurso do Prefeito de anunciar o endividamento do município em redes sociais e outros meios de comunicação e ao mesmo tempo pretender criar cargos comissionados, além dos já existentes, onerando o cofre público. Com a palavra, a Vereadora Virginia disse que todos os servidores merecem perceber remuneração que lhes proveja dignidade e que é preciso que os Vereadores fiscalizem não só os gastos do município, mas também da própria Câmara, a qual, segundo ela, no ano de 2025 aumentou os gastos com pessoal, com diárias e serviços de contabilidade. Também apontou que o Prefeito não tem autorização para dirigir carro oficial do Executivo, necessitando do condutor especial. Colocado o Relatório em votação, obteve dois votos favoráveis e três votos contrários. Em seguida, foi para discussão o Voto em Separado do Vereador Cassiano favorável à aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 004/2025, que altera a Lei 956/93, cria a Superintendência da Agricultura e Pecuária, a Superintendência de Assistência Social, a Superintendência Municipal de Comunicação Social e dá outras providências, de autoria do Poder Executivo. O Vereador considerou que a matéria tem real importância não só ao bom andamento dos trabalhos do Poder Executivo, mas também para toda população caçuense, evidenciando a demanda dos pequenos produtores rurais por um veterinário competente em inseminação artificial e da ONG SOS Quatro Patas para castração, o qual viria a ocupar o cargo de Superintendente da Secretaria de Agricultura. Também disse que é preciso parar de fazer política e passar a torcer e contribuir para o desenvolvimento de Caçu. Além disso, questionou o Vereador Alexandre se este achava justo que os vencimentos dos condutores fossem inferiores a um salário mínimo. Em resposta, o Vereador Alexandre disse que acha justo e coerente que os motoristas e condutores especiais recebam a mesma remuneração. Colocado o Voto em Separado em votação, foi aprovado por três votos favoráveis e dois contrários, sendo, portanto, convertido em Parecer da Comissão. Em seguida, foi para



CÂMARA
MUNICIPAL DE CAÇU
O Legislativo Mais Perto de Você

discussão o Relatório Favorável da Vereadora Virginia ao Projeto de Lei Ordinária nº 007/2025, que altera o quantitativo de vagas do cargo de COORDENADOR DE INCLUSÃO SOCIAL constante do Anexo I da Lei Municipal nº 956/1993 e dá outras providências, de autoria do Poder Executivo. A Relatora pediu apoio dos pares para aprovação da matéria. Colocado o Relatório em votação foi aprovado por unanimidade, sendo, portanto, convertido em Parecer da Comissão. Nada mais havendo, encerrou-se a reunião às 17h17min. Eu, Donisete Paiva Rezende Júnior (Júnior Rezende), Secretário da Comissão, fiz lavrar a presente ata que, depois de lida e discutida, vai devidamente assinada.

Presidente

Vice-Presidente

Secretário (a)

Membro(a)

Membro(a)

